

## **Alteração ao OGE 2021, para dar resposta aos impactos da COVID-19 e dos desastres naturais, é aprovada no Parlamento Nacional**

O Parlamento Nacional aprovou hoje, dia 23 de abril de 2021, a primeira alteração à Lei nº. 14/2020, de 29 de dezembro, sobre o Orçamento Geral do Estado para 2021, com 44 votos a favor, 20 abstenções e nenhum voto contra.

Tendo em conta a evolução da pandemia da COVID-19, torna-se necessário aumentar a capacidade de prevenção e combate à pandemia, bem como adotar medidas para mitigar o seu impacto económico, por isso, com esta alteração o Fundo COVID-19 será reforçado para financiar um conjunto de seis medidas principais de intervenção, preparadas pelo Governo, que são: 1) apoio ao emprego; 2) moratória de créditos; 3) apoio aos estudantes; 4) segurança alimentar; 5) apoio aos profissionais da linha da frente; e 6) prevenção e mitigação da COVID-19.

Foram também introduzidas as alterações necessárias neste Orçamento, através do reforço do Fundo da Reserva de Contingência, para responder aos desafios provocados pela inundações do passado dia 4 de abril de 2021.

Esta alteração não implica um aumento do montante de transferência do Fundo Petrolífero para o OGE. O aumento da receita para financiar o aumento previsto na despesa decorre da inscrição de saldos de gerência apurados no final do exercício orçamental de 2020, mas não inscritos no Orçamento Geral do Estado para 2021, bem como na realocação de dotações orçamentais entre títulos a partir das dotações para Todo o Governo e do Fundo das Infraestruturas.

O Primeiro-Ministro, Taur Matan Ruak, na apresentação da Proposta de Lei afirmou que o Governo pretende adotar “medidas imediatas e enérgicas para estabilizar a economia, proteger a saúde do nosso Povo e reconstruir as nossas infraestruturas.”

Assim, no âmbito económico, foram concebidas medidas de apoio ao emprego e de moratória de crédito, com o objetivo de permitir manter postos de trabalho e aumentar a liquidez das empresas.

“Estas medidas protegem o emprego de milhares de trabalhadores existentes e de muitos outros no setor informal, não abrangidos pelo anterior regime de subsídios salariais. Melhoram ainda a focalização para distribuir mais a quem mais precisa, permitindo benefícios adicionais. Desenvolvem-se novos e maiores incentivos à retenção de emprego e aos subsídios. Por último, estabelece-se um subsídio de desemprego e alarga-se a rede de segurança social, aumentando as transferências em géneros para satisfazer as necessidades dos mais vulneráveis.”

Foram também desenvolvidas “medidas de apoio ao setor privado e às empresas e particulares endividados junto do sistema financeiro, incluindo uma Moratória de Crédito até 9 meses para empréstimos concedidos até 1 de abril de 2021”.

“O Governo continuará a apoiar as famílias que enfrentam desafios significativos em termos de segurança alimentar, fornecendo e distribuindo alimentos e outros bens considerados essenciais, através da Cesta Básica e da compra de reservas alimentares por intermédio do Centro Logístico Nacional.”

“Finalmente, o Governo vai também apoiar os estudantes do ensino superior, com isenção de propinas e disponibilização de internet gratuita, beneficiando entre 18.000 e 35.000 estudantes.”

“O Governo continuará a reforçar a sua resposta sanitária à COVID-19”, tendo como prioridade “garantir o acesso aos testes e às vacinas da COVID-19 para todos”. Irá também trabalhar para manter “os nossos heroicos trabalhadores da linha da frente seguros, com mais equipamento de proteção individual” e para reforçar “o nosso sistema de saúde, com um melhor tratamento hospitalar e de internamento, e capacidade adicional de isolamento e quarentena”.

Na sua última intervenção, após a votação final global, o Primeiro-Ministro agradeceu, em nome do VIII Governo, aos membros do Parlamento Nacional por acederem ao pedido do Governo para analisar esta proposta com caráter de urgência e também pela contribuição de todos deputados durante a discussão da Proposta de Lei. O Chefe do Governo apelou também “à população para se manter unida” e afirmou que “só unidos podemos vencer esta luta”.

# **Amendment to the 2021 State Budget to respond to the impacts of COVID-19 and natural disasters approved in the National Parliament**

The National Parliament approved today, April 23<sup>rd</sup>, 2021, the first amendment to Law no. 14/2020, of December 29<sup>th</sup>, on the 2021 State General Budget, with 44 votes in favour, 20 abstentions and no votes against.

Given the evolution of the COVID-19 pandemic, it is necessary to increase the capacity to prevent and combat the pandemic, as well as to adopt measures to mitigate its economic impact. Therefore, with this amendment, the COVID-19 Fund will be reinforced to finance a set of six main intervention measures, prepared by the Government, which are: 1) employment support; 2) credit moratorium; 3) student support; 4) food security; 5) support for frontline professionals; and 6) prevention and mitigation of COVID-19.

Necessary changes have also been made in this Budget by strengthening the Contingency Reserve Fund, in order to meet the challenges caused by the flooding last April 4<sup>th</sup>, 2021.

This change does not imply an increase in the amount of transfer from the Petroleum Fund to the General State Budget. The increase in revenue to finance the expected increase in expenditure stems from the inclusion of balances of management determined at the end of the budget year 2020, but not included in the State Budget for 2021, as well as the reallocation of budget appropriations between titles from the appropriations for All Government and the Infrastructure Fund.

Prime Minister, Taur Matan Ruak, in presenting the Law Proposal Draft stated that the Government intends to take “immediate and forceful measures to stabilise the economy, protect the health of our People and rebuild our infrastructure.”

Thus, in the economic sphere, employment support and credit moratorium measures have been designed with the aim of maintaining jobs and increasing the liquidity of companies.

“These measures protect the jobs of thousands of existing workers and many others in the informal sector not covered by the previous wage subsidy scheme. They also improve targeting to distribute more to those who need it most, allowing for additional benefits. New and greater incentives for job retention and subsidies are developed. Finally, an unemployment benefit is established and the social safety net is expanded, increasing in-kind transfers to meet the needs of the most vulnerable.”

“Measures to support the private sector and companies and individuals indebted to the financial system, including a Credit Moratorium of up to 9 months for loans granted until 1 April 2021 were also developed”.

“Government will continue to support households facing significant food security challenges by providing and distributing food and other items considered essential through the Basic Basket Programme and by purchasing food reserves through the National Logistics Centre.”

“Finally, the Government will also support higher education students with tuition fee exemption and provision of free internet, benefiting between 18,000 and 35,000 students.”

“The Government will continue to strengthen its health response to COVID-19”, with a priority to “ensure access to COVID-19 tests and vaccines for all”. It will also keep “our heroic frontline workers safe, with more personal protective equipment” and strengthen “our health system, with improved hospital and in-patient care, and additional isolation and quarantine capacity.”

In his last intervention, at the end of the detailed discussion, the Prime Minister thanked, on behalf of the VIII Government, the members of the National Parliament for acceding to the Government’s request to analyse this proposal as a matter of urgency and also for the contribution of all during the discussion of the Law Proposal. The Head of Government also appealed “to the population to remain united” and stated that “only united we can win this fight”.